

A GENEALOGIA DO PROGRESSO – CONCEPÇÕES A PARTIR DO ILUMINISMO MODERNO EUROPEU

[THE GENEALOGY OF THE PROGRESS: SOME CONCEPTIONS FROM MODERN EUROPEAN ENLIGHTENMENT]

*Artur Rodrigo Itaqui Lopes Filho **

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo promover uma breve exposição da mentalidade a qual acreditamos compor a gênese ideológica do princípio do progresso ascendente do saber manifesto na modernidade europeia do século XVIII/XIX. Tal mentalidade, segundo nossa concepção, seria decorrente de uma supervalorização do movimento iluminista moderno europeu e do potencial desvelador da razão esclarecida que, por sua vez, viria a orientar o desenvolvimento de uma crença amplamente difundida de que aquilo vivido corresponderia a um melhoramento gradual do saber possível de ser observado ao longo do vasto desenrolar temporal.

PALAVRAS-CHAVE: Progresso; Melhoramento; Iluminismo;

ABSTRACT: The present paper aims to promote a brief explanation about the mentality we believe to compose the ideological genesis of the principle of the ascendant progress of the knowledge expressed in European modernity from centuries XVIII/XIX. Such mentality, according to our conception, would be arising from a super valorization of modern European enlightenment movement and from the unveiling potential of enlightened reason that, in its turns, would come to guide the development of a broadly spread belief that what was lived would correspond to a gradual improvement of knowledge possible to be observed over a vast temporal unfolding.

KEY-WORDS: Progress; Improvement; Enlightenment.

INTRODUÇÃO

A gênese do pensamento histórico se encontra diretamente elencado com aquilo que um determinado povo ou cultura sustenta em sua fundação por memória – um registro de ocorrências, selecionados (deliberadamente), que refletem uma série de eventos considerados singulares, os quais são entendidos como elementos fulcrais de sua gênese constitutiva. Tal memória constituída se torna história quando parte de uma narração, de um discurso passado ao outro por meio da oralidade, escrita ou de mídias diversas, atingindo o outro com informações ímpares de eventos, a princípio, dotados de um grau de veracidade inquestionável, que por sua vez, pintaas muitas ocorrências de um passado, não necessariamente distante, por reflexo imediato da concretude vivida. Nesse sentido, o relato narrado passa a corresponder diretamente à concretude do ocorrido, sendo a vivência de um evento e o seu discurso (mesmo que

* Mestre em Filosofia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Licenciado em Filosofia pela Unilasalle/Canoas e Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul (ESPM/RS). m@ilto:artursan@gmail.com

erigido anos depois), fundidos em um mesmo elo aparentemente indissociável. Em síntese, a verdade narrada acaba por consistir no espelho da verdade vivenciada. Conforme as palavras de Rossano Pecoraro:

O significado originário do termo “história” é descrição, relato, narração de acontecimentos. Essa atividade, como nos revela a raiz indo-europeia do vocábulo, está relacionada [...] ao “ver”, ao estar presente, ao testemunhar acontecimentos que não necessariamente pertencem a um passado distante, longínquo. Ao contrário, para os fundadores da historiografia ocidental, [...] um acontecimento é histórico (e não arqueológico) apenas quando é narrado ou registrado por alguém que esteve presente, que o viu pessoalmente. Isso significa que a história nada mais é do que *histórias*, meros relatos de uma série de fatos isolados, limitados quanto ao tempo e ao espaço e explicados segundo crenças ou critérios específicos [...]¹.

Como aponta o autor em sua pequena obra acerca da filosofia da história, a história, em sua gênese, se correlaciona diretamente com a arte da narração ao passo que o discurso erigido por aquele que, a princípio, teria vivenciado determinados eventos ao longo de sua jornada, tivesse um correspondente concreto. Uma guerra, a queda, a ascensão, a conquista ou a derrocada de um grupo ou de alguém, tudo isso e mais, ao passar pelo registro de um narrador, constitui memória a ser guardada por aquele que viesse a receber tais informações. Mas diferente dos mitos, contos e lendas, a narração de eventos dotados de um correspondente concreto traz consigo mais do que o entretenimento fantasioso diante das possibilidades do imaginado, e sim, traz consigo um dado – a verdade de um evento concreto de fato ocorrido. Esse caráter impar é o que diferencia a história das demais narrativas possíveis de serem encontradas nas muitas culturas: a verdade sustentada por referir a uma ocorrência concreta.

Mas a aura de verdade, atribuída à narração histórica, implica, em sua constituição, na adoção de uma crença por deveras complicada de se aceitar de maneira acrítica. Referimo-nos a suspensão (hipotética) de todo e qualquer juízo implícito a interpretação do narrador frente a concretude daquilo pretendido a ser narrado.

Por corresponder a um referente concreto, muito cedo, a narração histórica fora imbuído do manto da verdade indubitável, mas, a capacidade interpretativa do narrador, suas crenças e valores intrínsecos a sua vivência particular, por anos foram negligenciadas e apontadas como impossíveis de virem a influenciar a prática (teoricamente imparcial) do narrador diante da concretude do ocorrido. Esse mito, instituído acerca do discurso histórico, vela as muitas gerações da intenção, muitas vezes explícita, de se sustentar determinada ocorrência enquanto memória em detrimento a outros muitos eventos deliberadamente negligenciados por não corresponderem ao conjunto de crenças (valorativas) sustentadas por aquele dotado do poder (muitas vezes atribuído por um título outorgado por determinadas instituições representativas) de sentenciar aquilo que virá constituir parte da memória (histórica) de um povo/cultura, assim como sua parcialidade mediante a leitura do concreto; o que confere a um conjunto de ideais que constitui o intimo do pretense narrador e que, por consequência influencia na interpretação daquilo que passará a ser entendido por história.

É de acordo com tal concepção interpretativa/questionativa, a qual implica em impor uma dúvida criteriosa sobre a imparcialidade daquele que pretende narrar determinados eventos contingenciais, que apontamos ser a história um conjunto de narrações sujeitas a interpretação valorativa daquele que pretende ser seu narrador; desse modo, estando a história sujeita as muitas nuances fundadas nas mais variadas crenças imperativas constituintes das muitas culturas do vasto território global – havendo, portanto uma grande resistência de nossa parte frente a pretensão de se construir uma história universal, tanto quanto frente a história que carrega o selo do

oficial, visto que tais manifestações velam todo o universo interpretativo intrínseco a prática de todo aquele que se pretende ser o narrador de um determinado evento (entendido por inexistente devido ao mito da suspensão de juízo).

Assim, o presente artigo se faz germinar ao atentarfocar em um ponto considerado fulcral, o qual, segundo nossa compreensão, é responsável por disseminar a mentalidade, presente até a contemporaneidade, da imparcialidade intrínseca atribuída a figura do narrador do tempo. Essa mentalidade, ao mesmo tempo em que imputa a figura do narrador caráter contemplativo diante de um movimento concreto, imputa sobre o mesmo a capacidade de imprimir, a partir de seu relato, a verdade do ocorrido. Tal caráter leva (e eleva) o narrador a um patamar onde esse passa a ser compreendido como aquele que relevece no grande movimento temporal, a manifestação de eventos que estariam em consonância com um processo maior, imbricado a toda dinâmica temporal. Sua leitura do tempo corresponde a verdade do tempo e seu relato passa a constituir a história, que, por sua vez, passará a constituir memória quando acessado pelas futuras gerações.

Reconhecer no narrador a figura imparcial daquele que relata a concretude do tempo atribui a esse, não somente credibilidade ao discurso erigido, mas, também, um status extremamente elevado a sua figura. Ao vestir o manto da imparcialidade, o narrador se torna parte de um movimento maior, desvinculado de toda e qualquer responsabilidade de imprimir no discurso erigido um caráter parcial, isto é, intencional imbricado a seleção daquilo pretendido a ser narrada, tão pouca a forma pela qual determinada ocorrência fora narrada. A consequência dessa imparcialidade atribuída implica pressupor existência de uma força que transcende a praticado narrador, visto este apenas imprimir, em seu relato, a ocorrência de algo externo a si. Essa força que rege a passagem temporal levou muitos teóricos a desprender um grande esforço na pretensão de desvelar aquilo que compõe a dinâmica das ocorrências ao longo do tempo, em outras palavras, aquilo que compõe a verdade da passagem do tempo e que, por consequência, constitui a essência do registro de todo narrador do tempo. A tal dinâmica fora atribuído o título de progresso, e seu ápice desvelador se encontra expresso no iluminismo moderno alemão do século XVIII/XIX.

A partir da concepção de progresso fixada enquanto eco da filosofia dos muitos pensadores que constituem esse determinado período da grande história, encontramos o ponto fulcral onde o mito da história imparcial fixa suas raízes: no sobrepujardos valores intrínsecos presentes na interpretação do narrador quando diante dos eventos constituintes do tempo, o qual transforma a história narrada em um espelho de seu relato (ainda que sujeito a idealização).

O ILUMINISMO MODERNO NO IDEALISMO ALEMÃO

Devido às muitas transformações do pensamento ocorrido em grande parte do vasto território europeu, o século XVIII/XIX ficara marcado pelo despertar de uma aclamada elite intelectual dotada de um discernimento crítico por deveras fervoroso frente ao imperativo hierárquico oriundo das antigas estruturas do longo período do medievo². Marcado por uma resistência ao imperativo religioso em detrimento ao conhecimento oriundo das ciências empírico (em pleno processo de desenvolvimento), o movimento intelectual do iluminismo moderno trouxe consigo o impulso necessário para que as transformações socioculturais, políticas e, por que não, econômicas viessem, de fato, ocorrer. A superação de um estado entendido por muitos, de maneira pejorativa, como que sendo o imperativo das trevas da ignorância, marca um período de transição reconhecido (pela historiografia oficial) por renascimento, onde a derrocada de um pensamento, concebido por insuflado pelo mito e pela fantasmagoria de crenças

viciadas e oriundas de um universo de ilusões, simboliza a ascensão de uma das mais elevadas faculdades concernente à condição humana, em um sentido universal e generalista: a razão organizadora.

Adotando a razão organizadora como sendo o cerne de um saber por deveras esclarecido em oposição a ignorância atribuída a mentalidade religiosa característica do medievo, cedo a elite intelectual que desponta frente ao já instável poder do clero, assumira a vanguarda do saber, atribuindo a racionalidade científica o símbolo da superação caracterizado enquanto passagem de um estado a outro no tempo. De um período de decadência intelectual a ascensão da razão organizadora – entendida por esclarecida –, a super-valorização da capacidade reflexiva do sujeito logo simbolizaria mais do que somente a possibilidade do pensar para além dos limites impostos pelas antigas estruturas de poder, representaria a superação do ser humano; um alçar de uma nova era, em outras palavras, sua evolução.

Ao observarmos autores como Voltaire (1694-1778), Diderot (1713-1784), Jean Jacques Rousseau (1712-1778) e outros muitos intelectuais do iluminismo moderno europeu, nos é possível observar tal característica despontar: uma clara depreciação frente ao passado hierárquico, sustentado pelo clero e por uma aristocracia pouco condizente com a concretude do mundo vivido e, em contrapartida, uma calorosa ostentação do movimento intelectual iluminista, como sendo este o meio pelo qual se daria sua libertação. Ostentando a razão organizadora, pretendida esclarecida, como faculdade maior, capaz de elevar o ser humano de um estado de ignorância (depreciado) a um estado de sabedoria (almejado), o iluminismo moderno viria caracterizar, segundo seus muitos interlocutores, um estado impar de elevação intelectual, no sentido claro de um melhoramento presumido.

A passagem de um estado a outro no tempo entendido por elevação da faculdade reflexiva do sujeito pensante cedo firmaria sua gênese enquanto história diretamente atrelada ao movimento de passagem do estado de ignorância a um estado de sabedoria exemplar, sendo a referida passagem materializada na concretude fenomênica enquanto passagem de um estado de (teórica) sujeição do sujeito as determinações alheias (característico do estado medievalista), a um estado de libertação promulgado por sua própria capacidade reflexiva, aclamado como característica intrínseca ao movimento iluminista moderno europeu. Essa concepção traz, implícito a seu movimento, uma exagerada carga valorativa, a qual atribui ao movimento de passagem de um estado a outro no tempo, um conjunto de elementos positivados que compreendem a existência de um movimento ascendente do saber em pleno processo de desenvolvimento constante – uma leitura ideal iluminada por uma concepção valorativa deliberadamente atribuída a ocorrência de um evento concreto: a passagem do medievo para a modernidade.

À MENTALIDADE DO MELHORAMENTO GRADUAL OU A GÊNESE DO PROGRESSO

Entendido como a passagem da menoridade para a maioridade, o iluminismo moderno europeu encontra sua mais clara definição nas palavras do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804). O filósofo acaba por se tornar referência ao atribuir, ao projeto iluminista, o despertar de uma consciência crítica no sujeito pensante atrelada a passagem temporal. Tal consciência torna o sujeito capaz de elevar sua condição diante das forças determinantes das muitas instituições que, de maneira bruta, em um âmbito teórico, orientaram (ao longo de todo o medievo) o potencial reflexivo de todo sujeito (em um sentido ordenador, tal qual uma força que o manteria em um estado de letargia ou passividade intelectual). Em seu pequeno texto intitulado *de Resposta a pergunta o que é iluminismo*, Kant expõe seu posicionamento, o qual compreende que a passagem

de um estado de consciência servil à um estado de consciência autônoma só seria possível caso houvesse um movimento de ruptura, ou, em outras palavras, de conflito capaz de transformar a dinâmica de um pensar paradigmático. Sua concepção frente ao movimento iluminista moderno europeu remete a uma idéia de transformação, tão importante quanto necessária ao desenvolvimento do sujeito enquanto parte de uma sociedade, tendo, por sua vez, o saber como ferramenta de sua libertação³.

A consciência valorativa carregada pelo autor, que compreende o saber como a faculdade responsável por elevar a condição humana em um claro sentido de melhoramento gradual, leva o filósofo a especular acerca da existência de um movimento maior, o qual seria responsável por arrancar da aleatoriedade a ocorrência das muitas quebras de paradigmas (possíveis de serem observadas ao longo do desenrolar temporal), como o observado na concretude próxima a ele, manifesta enquanto passagem do estado medieval para a modernidade iluminista européia. Para o autor, o ser humano não poderia ser o único responsável pelas ocorrências vividas mediante as revoluções do pensamento que vieram a descambar na modernidade iluminista por ele vivida, assim como em um passado distante, os mesmos não poderiam ser responsáveis por garantir a ascensão e a queda dos grandes impérios.

O descrédito diante da idéia de que as transformações possíveis de serem observadas ao longo do desenrolar temporal estariam puramente atreladas ao sujeito se encontra exposta na obra *A idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. Lá o autor atribua condição humana uma natureza desviada, dotado de um potencial transformador, mas acomodado a pequenez de uma existência, digamos, medíocre. Assim desponta no autor o princípio especulativo que o leva a conceber a existência de uma natureza transcendental; uma força que colocaria o sujeito pensante em determinadas situações, proporcionando a ele um estado de desconforto necessário para que esse viesse a desenvolver seu potencial reflexivo e se adaptar a uma nova condição. Conforme Rossano Pecoraro:

O fulcro das reflexões de Immanuel Kant [...] é a ideia de um progresso cultural da espécie humana rumo ao melhor, tão inevitável quanto necessário, de um fio condutor *a priori* capaz de orientar o curso obscuro e contraditório dos fatos históricos⁴.

A concepção de um movimento transcendental que viesse a orientar o desenvolvimento do saber humano promove um amplo movimento (ao menos no meio elitista/acadêmico), amplamente difundida, o qual compreende o desenrolar temporal como que dotado de uma lógica interna. Um movimento que discorre ao longo do tempo, sempre em ascensão e que culminaria no iluminismo moderno europeu vivido pelo autor, sendo este determinado momento do tempo (em específico) a representação concreta do ápice do saber manifesto. Em seu pequeno texto o autor explora, mesmo que ainda em germe, a possibilidade de um movimento universal de desenvolvimento do saber que estaria guiando o ser humano a desenvolver suas potencialidades, como um fio condutor, algo ainda pouco explorado, mas que já indicaria o caminho para que as futuras gerações viessem a conceber o movimento de desenvolvimento temporal por progresso. Assim escreve Kant:

Os homens singulares, e até povos inteiros, só em escassa medida se dão conta de que, ao perseguirem cada qual o seu propósito de harmonia com a sua disposição e, muitas vezes, em mútua oposição, seguem imperceptivelmente, como fio condutor, a intenção da natureza [...]⁵.

A concepção da existência de um movimento maior que viesse dar sentido as ocorrências contingenciais, teria em Kant seu primeiro articulador. Sua filosofia da história atribua natureza uma qualidade impar, capaz de orientar a ação humana rumo

seu desenvolvimento pleno, desse modo, destituindo das (dúbias) qualidades intrínsecas a condição humana a ocorrência de seu desenvolvimento. Como que resgatando da aleatoriedade o desenvolvimento do saber humano, Kant instiga a elite intelectual de sua época a conceber o longo movimento do desenrolar temporal como que dotado de uma lógica ainda velada a razão organizadora (esclarecida), mas atuante enquanto força, impulsionando o movimento do já presumidoprogresso humano. Como afirma o autor:

Ciente de que progresso algum poderia realizar-se pelo desenvolvimento das (dúbias) qualidades e prerrogativas humanas [...], Kant confia[ria] no “propósito da natureza”, no seu “plano obscuro” que a espécie humana realizaria ao longo da própria história, mesmo sem ter nenhuma consciência de estar trabalhando para isso⁶.

Apesar da riqueza com a qual o autor trabalha sua lógica especulativa acerca da existência de um fio condutor transcendental; capaz de orientar o desenvolvimento do saber humano, sua obra acerca da história se mostra carente de maior aprofundamento, servindo por referência a outro grande pensador que, como um fiel, adota o princípio especulativo de Immanuel Kant por verdade indubitável.

Atentando contra a aleatoriedade do acaso e sujeitando o tempo a rigidez da razão organizadora, G. W. F. Hegel (1770-1831) imputa sobre o tempo uma lógica tão bem articulada, a qual influenciaria toda uma futura geração, tanto dentro quanto fora dos círculos acadêmicos europeus a conceber o tempo como o movimento de ascensão do saber em pleno processo de desenvolvimento positivado, no sentido de um melhoramento gradual, onde aquilo que viesse a despontar como imperativo dominante de um determinado período correspondesse ao reflexo desse mesmo processo, isto é, a concretude do eventos concretos seriam, nada mais do que um reflexo em espelho a ocorrência da força do tempo em desenvolvimento, ou, em outras palavras, em progresso.

DIALÉTICA ESPECULATIVA E O PROGRESSO TEMPORAL COMO UMA VERDADE DESVELADA

A concepção adotada por Hegel referente ao movimento de desenvolvimento das qualidades reflexivas, inerentes ao sujeito pensante, se encontra ancorado na ocorrência concreta da passagem do estado medieval para o estado iluminista moderno. Entendido como ápice do saber humano manifesto nunca antes visto, o movimento iluminista europeu fora exaltado pelo filósofo em muitos de seus escritos, pintado por representar, na concretude, um momento ímpar em toda a história do desenvolvimento humano.

Para Hegel, a passagem positivada de um estado a outro no tempo, tido por germe nos escritos de Immanuel Kant, mas pulsante enquanto mentalidade amplamente difundida em meio ao universo iluminista moderno europeu, transcende a manifestação dos muitos entes particulares ao reforçar aquilo já antecipado, de maneira especulativa, por Kant: *a existência de um fio condutor que viesse a impulsionar a ação humana enquanto um todo, ou, em outras palavras, uma força capaz de dirigir a humanidade à situações de extrema tensão, forçando sua superação por meio do rompimento de um paradigma dominante, desse modo, possibilitando, assim, o desenvolvimento de um novo estágio do saber, superior ao anterior – em um sentido qualitativo.* A essa força é dado o título de espírito, descrita pelo autor por força capaz de orientar a ação humana rumo ao desígnio final almejado. Mas qual seria esse tal desígnio/objetivo final almejado pelo espírito que, teoricamente, impulsionaria toda a humanidade ao longo do movimento temporal?

Segundo o autor, a resposta a tal questão se encontra centrado na inquietude, a

qual orientou e, teoricamente, ainda orienta toda a humanidade, em um sentido universal: *a busca por desvelar a verdade final*⁷. O anseio por respostas que viessem sanar o desconforto diante do não saber imputa a toda humanidade a necessidade de ir além dos limites impostos pela organicidade das manifestações políticas, culturais, religiosas e outras mais. A ambição por compreender a verdade concernente a tudo a sua volta orienta a humanidade a buscar sempre galgar um novo patamar, a romper com paradigmas viciados e superar o pensamento que não mais suprisse as necessidades daquele determinado momento do tempo. A esse anseio o autor aponta estar a mais clara expressão do espírito universal, e sua manifestação pode ser observada ao longo do grande movimento temporal enquanto eventos impares, cada qual, representativo de uma superação, galgada pela ambição humana de superar o saber paradigmático, representativo de uma época e não mais condizente com aquilo que se apresenta como necessidade (tal qual ocorrido na passagem do medievo para a modernidade iluminista européia). Segundo as palavras do autor: “A característica essencial do espírito e do seu tempo está sempre contida nos grandes eventos⁸”.

A manifestação dos grandes eventos, possíveis de serem observados em meio ao longo desenrolar temporal, é apontado pelo autor por representar a (clara) manifestação do espírito em seu movimento ascendente rumo ao esclarecimento da grande questão ainda não sanada: a verdade. Do arcaico ao antigo, do antigo ao medievo, do medievo a modernidade iluminista, grandes eventos marcariam a quebra dos muitos paradigmas imperantes nas muitas culturas existentes no vasto território global. De acordo com a historiografia oficial, Hegel traz, com a lógica do espírito ascendente, a legitimação de uma leitura histórica parcial, a qual dá um selo de autenticidade a narrativa dos grandes eventos por representarem, de maneira concreta, o desenvolvimento do saber humano rumo a um novo patamar, mais esclarecida e, igualmente, mais elevado que o anterior. Desse modo, o autor legitima, igualmente, o esquecimento dos muitos eventos menores que, por sua vez, não representam a ascensão do saber humano, ou, em outras palavras, não representam, em sua plenitude, o progresso manifesto. Segundo as palavras do autor:

Se o espírito universal de um tempo em geral se imprime no caráter dos indivíduos que se distinguem em um período; e se também suas particularidades são os meios mais distantes e mais turvos, em que o espírito ainda desempenha um papel em cores esbatidas; se mesmo, muitas vezes, singularidades de um pequeno acontecimento, de uma palavra, não exprimem uma particularidade subjetiva, mas um tempo, [um] povo, [uma] cultura; de modo que escolher tais singularidades é a Coisa de um historiador rico de espírito; ao contrário, a massa das outras singularidades é uma massa supérflua [...]⁹.

Tendo o espírito como força orientadora da ação humana, o qual impulsiona a busca por sanar o desconforto do não-saber, Hegel dá corpo a lógica do desenvolvimento ascendente de um saber universal, possível de ser observado ao longo do tempo, manifesto nos grandes eventos como parte necessária ao processo de ascensão do saber humano, descambando, por sua vez, no iluminismo moderno europeu por ele vivido. Esse fio condutor, especulado pelo autor, possibilitou o entendimento paradigmático daquilo que conhecemos por história universal: a descrição de determinados momentos do tempo, como que referenciando os grandes eventos representativos da jornada do progresso do saber. A história, segundo a perspectiva do autor, acaba por ser constituída por narrativas dos grandes eventos, cada qual dotado de uma importância ímpar, servindo por degrau para a ascensão de uma nova maneira de se trabalhar a questão da verdade. Imbricado a essa dinâmica temosa teoria do progresso: um melhoramento gradual, manifesto na ascensão do saber que faz concreto na ocorrência dos grandes eventos, percebido pela sensibilidades de um narrador e

transformado em relato; algo que, por sua vez, acaba por ficar registrado para as futuras gerações como história. Nesse sentido, temos *a história como o relato do progresso em movimento*.

Esse movimento, segundo a leitura de Hegel, possui um trilhar conflituoso onde, a cada momento o saber imperante, em um determinado período do tempo, acaba por ser posto em xeque, gradualmente levado ao limite: um estado de tensão onde o conflito se faz inevitável. Esse conflito dialético constitui, para o autor, a essência de toda dinâmica do progresso.

Presente em todo o movimento temporal, o movimento dialético justifica o progresso na medida em que prevê, ao longo do desenrolar temporal, a estabilidade de um paradigma, assim como sua posterior insuficiência e, por consequência, sua superação através do conflito com o novo que, inevitavelmente, virá romper com sua estabilidade e permitir com que o saber dê mais um passo no avanço rumo a responder a grande questão que norteia toda a humanidade: o que é a verdade concernente ao todo? Cabe ressaltar que a superação do paradigma dominante não prevê a dissolução do saber outrora imperante, para Hegel, na mesma medida em que se tem a ascensão de um novo modo de trabalhar as questões relevantes para o avanço do saber, juntamente teríamos a manutenção das qualidades relevantes a tal avanço, isto é, um suprasumir, uma elevação das qualidades já existentes, mas não mais centrados em uma estrutura não condizente com as novas exigências do saber. Nesse sentido, a superação dialética seria uma elevação rumo ao novo.

Esse movimento traz consigo uma explicação lógica ao registro da historiografia oficial, assim como destitui o narrador de toda e qualquer intencionalidade/parcialidade frente a ocorrência dos muitos eventos manifestos. A esse é concedido o potencial contemplativo, que o permite reconhecer aquilo que constitui a manifestação do espírito rumo ao fim objetivo almejado, isto é, reconhecer a manifestação do espírito naquilo que o autor outrora chamara de grandes eventos. Em meio a isso, o registro da história se torna um legítimo ato de reconhecimento das ocorrências que compõe o grande movimento de transformação do tempo e de ascensão do saber ao longo de seu desenrolar. Assim escreve o autor:

Costuma-se particularmente fazer essa exigência à [história], enquanto nela não se deve mostrar nenhuma inclinação em favor de uma representação e opinião, como um juiz não deve ter interesse particular por nenhuma das partes em conflito¹⁰.

O movimento de ascensão do saber em pleno desenvolvimento orientado por uma força transcendental, a qual, teoricamente viria mover a humanidade para um estado de conflito dialético necessário para a ascensão de um saber mais elevado, em um sentido de melhoramento gradual, traria, a historiografia oficial, a justificativa necessária para que o registro dos grandes eventos viesse a ser considerados legítimos, visto que, esse seria, em sua estrutura, a descrição do movimento do progresso, ou, em outras palavras, do caminhar da humanidade.

Segundo essa perspectiva, Hegel, como articulador da dinâmica temporal, traz consigo a justificativa necessária para que a narração, das muitas ocorrências constitutivas do complexo que compõe a grande história, venha refletir a parcialidade ideológica das muitas estruturas de poder, possível de ser observado ao longo do desenrolar temporal, velando sua intenção, diante da máscara do princípio do desenvolvimento ascendente do saber no tempo, isto é, do progresso. Como sua lógica de ascensão do saber implica a aceitação tácita de que o saber dominante corresponde a um saber condizente para com a máxima do progresso, as estruturas de poder se encontram apaziguadas com a dinâmica estrutural da política vigente, na medida em que estas acabam por corresponder ao ápice do saber decorrente do desenrolar

ascendente do saber manifesto na concretude. Navegando junto das grandes narrativas já consolidadas por narrações que teimam em exaltar o esplendor de cortes, impérios, reinos e Estados, cada qual dotado de figuras magníficas, pintadas com ouro e glórias, Hegel traz, com seu projeto sistêmico, a justificativa necessária para coroar os muitos feitos considerados relevantes por um determinado grupo detentor do poder de apontar no tempo aquilo que cabe ou não ser registrado, não somente atribuindo-lhe uma importância impar em detrimento a outras muitas ocorrências não registradas, e sim, lhes outorga um grau da necessidade intrínseco a sua ocorrência – algo que, atrelaria legitimidade aos grandes eventos por representarem algo indispensável ao princípio do progresso. Para o autor, cada momento gravado por grande evento na historiografia oficial representa um momento impar no desenvolvimento do saber rumo seu desenvolvimento, ou, em outras palavras, seu melhoramento, desse modo, justificando, não somente seu registro nas páginas da história (memória), mas, igualmente, sentença ao esquecimento todo e qualquer evento menor, vide o fato de não compreender parte, digamos, relevante a essa ideia de progresso modelar.

CONCLUSÃO

O problema a ressaltar acerca da máxima do progresso instituído, em germe por Immanuel Kant e, em seu ápice, por G. W. F. Hegel se encontra centrado na valorização forçada, promovida, principalmente, pelo segundo autor: *a existência de um movimento ideal em detrimento a concretude das ocorrências mundanas*. Sua lógica compactua com a ocorrência dos grandes eventos, justificando os muitos atos monstruosos possíveis de serem observados ao longo do desenrolar temporal, como que estes estivessem correspondendo, inevitavelmente, a determinação de uma força superior que (hipoteticamente) move a humanidade para um determinado fim almejado: a ascensão do saber rumo a sanar a desconfortável situação do não-saber aquilo que confere a verdade.

A organizada lógica do progresso traz a justificativa necessária para fins de legitimação de toda barbárie do domínio, destruição e demais atos escárnios ocorridos no longo desenrolar temporal, pois apazigua a monstruosidade da violência concreta com o manto acalentador da necessidade transcendental. Diante de um ato cruel de dominação de um povo, seu ato estaria, discursivamente, justificando por constituir parte necessária ao desenvolvimento do saber em pleno processo de ascensão, isto é, do progresso manifesto. Ainda que venha a ser a custa do sofrimento alheio, a bem estruturada mecânica do progresso serve enquanto justificativa intelectual, necessária, de maneira bruta, para assim legitima a ascensão de um diante a aniquilação do outro. Como aponta Ricardo Timm de Souza:

A História do Ocidente tem consistido, em suas linhas mais amplas, na história dos processos utilizados para neutralizar o poder desagregador do Diferente; e a História da Filosofia ocidental tem sido, quase sempre, a maneira de favorecer e legitimar intelectualmente esta busca da neutralização¹¹.

Como os muitos eventos escárnios observados ao longo do desenrolar temporal, o domínio e a aniquilação do dissidente sempre encontra, no discurso acalentador da justificativa intelectual, seu apogeu, onde, imbuído do véu da verdade mais verdadeira que a concretude das ações, sua legitimidade se faz ressaltar. O princípio do progresso amplamente difundido, a partir do iluminismo moderno europeu, segundo nossa compreensão, cumpre efetivamente tal papel – imbuído de uma bem articulada mecânica processual, sua máxima serve por discurso a fim de justificar toda e qualquer ação ambicionada: do desmatamento de grandes áreas à remoção de povos de suas

terras, passando pelo massacre de pessoas/animais, chegando a exploração de grupos distintos e a promoção de uma segregação arbitrária, o progresso não traz consigo bandeira qualquer, apenas a justificativa necessária para a legitimação de todo e qualquer ato de poder.

REFERÊNCIAS

- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. São Paulo: Loyola, 1995.
- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- KANT, I. *Resposta à pergunta: o que é esclarecimento*. In: PECORARO, R. (ORG.). *Os filósofos – clássicos da filosofia vol.II, de Kant a Popper*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.
- KANT, I. *A idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. S/E, 2012.
- PECORARO, R. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- SOUZA, R. T. *Totalidade e desagregação – sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

NOTAS

- 1 PECORARO, R. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.09-10.
- 2 Que durara cerca de dez séculos, em um sentido geral, do século V ao século XV (REALI, G. ANTISERI, D. *História da filosofia – V.1*. São Paulo: Paulus, 2009).
- 3 KANT, I. *Resposta a pergunta o que é iluminismo?* In: PECORARO, R. (ORG.). *Os filósofos – clássicos da filosofia vol.II, de Kant a Popper*. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2008.
- 4 PECORARO, R. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.27.
- 5 KANT, I. *A idéia de uma história universal com um propósito cosmopolita*. S/E, 2012. p.04.
- 6 PECORARO, R. *Filosofia da história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p.27-28.
- 7 HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- 8 HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. São Paulo: Loyola, 1995. p.324; §549.
- 9 HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. São Paulo: Loyola, 1995. p.323-324; §549.
- 10 HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. São Paulo: Loyola, 1995. p.322; §549.
- 11 SOUZA, R. T. *Totalidade e desagregação – sobre as fronteiras do pensamento e suas alternativas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. p.18.